



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300157601

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGN2443781147

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	008			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

BARAO DE COCAIS
Local

30 ABRIL 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/277.194-7	MGN2443781147	30/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A
CNPJ 35.737.650/0001-07
NIRE 31300157601

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024**

DATA, LOCAL E HORA: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A, situada na na Fazenda Córrego São Miguel, s/n, em Barão de Cocais/Minas Gerais, CEP 35.970-000 (“Companhia”).

PRESEÇA E CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em razão da presença da integralidade dos acionistas da Companhia, titulares de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/1976, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

INSTALAÇÃO: Diante da presença de todos os acionistas da Companhia, a presente Assembleia foi devidamente instalada na forma do art. 125 da Lei nº 6.404/1976.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Lucas Santos Cavalcanti** e secretariados pelo Sr. **Carlos Roberto de Castro Gonzalez**.

PUBLICAÇÕES E LEITURA DOS DOCUMENTOS: O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foram publicados em 26/04/2024, no Jornal Diário do Comércio, edição digital, fl. 1, e na edição física do mesmo jornal, no Caderno de Economia, fl. 8, tendo sido dispensada pela totalidade dos acionistas presentes a leitura de tais documentos, uma vez que o conteúdo é de seu inteiro conhecimento, bem como foi dispensada a observância dos prazos previstos no art. 133 da Lei nº 6.404/1976, na forma do §4º do mesmo dispositivo legal.

ORDEM DO DIA: Deliberar, em sede de **Assembleia Geral Ordinária:** **(i)** o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a proposta de destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** a fixação da remuneração da Diretoria para o exercício de 2024; e, em sede de **Assembleia Geral Extraordinária:** **(i)** o aumento do Capital Social da Companhia, mediante capitalização de créditos detidos pelos acionistas; **(ii)** a aprovação da minuta do contrato de opção de compra e venda de ações de emissão da Companhia, a ser celebrado pelos acionistas, nos termos constantes do Anexo C; e **(iii)** a Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

LAVRATURA DA ATA: Autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S/A.

DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas que representam a totalidade das ações de emissão da Companhia deliberaram, por unanimidade, sem ressalvas nem restrições:



Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Aprovar, sem quaisquer ressalvas, as contas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- (ii) Aprovar a destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 2.691.469,39 (dois milhões, seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos) à conta de Prejuízos Acumulados da Companhia; e
- (iii) Dispensar a deliberação acerca da remuneração dos administradores, tendo em vista a deliberação tomada na Assembleia Geral de Transformação realizada em 21/07/2023, no sentido de que os administradores não farão jus a qualquer remuneração.

Em Assembleia Geral Extraordinária

- (i) Aprovar o aumento de capital social da Companhia, atualmente integralizado em sua totalidade, em R\$ 79.840.000,00 (setenta e nove milhões, oitocentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 79.840.000 (setenta e nove milhões, oitocentas e quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, definido com base no critério do art. 170, §1º, inc. I, da Lei nº 6.404/76. Dessa forma, o capital social atual da Companhia, no valor de R\$ 2.836.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil reais), representado por 2.836.000 (dois milhões, oitocentas e trinta e seis mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passa a ser e consolida-se no valor total correspondente a R\$ 82.676.000,00 (oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais), representado por 82.676.000 (oitenta e dois milhões, seiscentas e setenta e seis mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas **GS Serviços de Carga S.A.** (“**GS**”) e **AVT Log Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura** (“**AVT FIP**” e, quando em conjunto com a GS “**Acionistas**”), conforme Boletins de Subscrição constantes do **Anexo B** desta Ata. O aumento do capital social da Companhia é realizado com a anuência e a renúncia expressa de acionistas da Companhia a seu direito de preferência, previsto no art. 171 da Lei nº 6.404/76. Em virtude desta deliberação foi aprovada a alteração da redação do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5. O Capital Social da Companhia é de R\$ 82.676.000,00 (oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais) dividido em 82.676.000 (oitenta e dois milhões, seiscentas e setenta e seis mil) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.”

- (ii) Aprovar a celebração, pelos Acionistas e pela Companhia (na qualidade de interveniente-anuente), do Contrato de Opção de Compra e Venda de Ações para estabelecer os termos e condições para o cumprimento do disposto no Memorando de Entendimentos celebrado em 05 de junho de 2023, cujo objeto é regular direitos e obrigações dos Acionistas no âmbito da Companhia, bem como autorizar que os Acionistas e a Diretoria da Companhia



tome todas as providências para efetivar a implementação do objeto do referido Contrato de Opção de Compra e Venda de Ações

- (iii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo C desta ata.

ARQUIVAMENTO E PROVIDÊNCIAS: Os acionistas deliberaram pelo arquivamento desta ata perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, para os devidos fins legais, e autorizaram a Diretoria da Companhia a adotar todas as providências legais e regulamentares para concretizar as deliberações formalizadas nesta ata.

ENCERRAMENTO E ASSINATURA DOS PRESENTES: Nada mais havendo a tratar, observadas as formalidades legais, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida aos acionistas e demais presentes, foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Belo Horizonte/MG, 29 de abril de 2024. MESA: Lucas Santos Cavalcanti – Presidente da Mesa; Carlos Roberto de Castro Gonzalez – Secretário da Mesa. **ACIONISTAS PRESENTES:** AVT LOG Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda., representada pelo administrador Ramon Pessoa Dantas; e GS Serviços de Cargas S.A., representada por seus diretores Jacques Luciano Pereira Bethonico e Diogo Villa Eboli Bethonico.

MESA:

LUCAS SANTOS CAVALCANTI
Presidente da Mesa

CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
Secretário da Mesa

ACIONISTA:

AVT LOG FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA
Por REAG ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA,
representada por RAMON PESSOA DANTAS

GS SERVIÇOS DE CARGAS S.A.
representada por JACQUES LUCIANO PEREIRA BETHONICO
E DIOGO VILLA EBOLI BETHONICO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/277.194-7	MGN2443781147	30/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
013.174.866-17	DIOGO VILLA EBOLI BETHONICO
777.519.066-34	JACQUES LUCIANO PEREIRA BETHONICO
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
309.012.758-08	RAMON PESSOA DANTAS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A
CNPJ 35.737.650/0001-07
NIRE 31300157601

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024**

ANEXO A

**- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E DO PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023—**

(folha de capa)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

**CDB – Centro de Distribuição de Barão
Logística S.A.**

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CDB – Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

CDB – Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **CDB – Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CDB – Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de abril de 2023 sem modificação de opinião.



Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

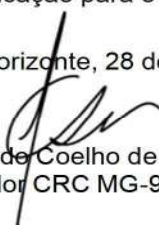
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2024.


Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC MG-94.028/O-3 "S" MG

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" MG





CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida			-
Custos dos serviços prestados		-	-
Lucro bruto		-	-
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas comerciais		-	-
Despesas administrativas e gerais	14	(2.623)	(136)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	15	(170)	-
		(2.793)	(136)
Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras, líquidas		(2.793)	(136)
Receitas financeiras	16	160	1
Despesas financeiras	16	(41)	(3)
		119	(2)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.674)	(138)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica			
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(17)	-
		(17)	-
Prejuízo do exercício		(2.691)	(138)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.691)	(138)
Resultado abrangente total do exercício	(2.691)	(138)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações fin 7



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 16/55

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Futuro aumento de capital	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Aumento de capital	300	-	(62)	238
Prejuízo do exercício	-	-	(138)	(138)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	300	-	(200)	100
Aumento de capital	2.536	-	-	2.536
Prejuízo do exercício	-	-	(2.691)	(2.691)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	79.840	-	79.840
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.836	79.840	(2.391)	79.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.691)	(138)
	(2.691)	(138)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com		
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	1.750
	-	1.612
Aumento/(redução) nos ativos		
Adiantamentos a fornecedores	(5.252)	-
Estoques	(111)	3
Impostos e contribuições	(32)	-
Outros ativos	(23)	-
	(5.418)	3
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	11.962	23
Impostos e contribuições	553	-
Outras contas a pagar	166	-
	12.681	23
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	4.572	1.638
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(70.838)	(958)
Aumento de capital social	2.536	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	79.840	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	11.538	(958)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas, líquidas	(861)	(931)
Caixa líquido utilizado/proveniente nas atividades de financiamentos	(861)	(931)
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	15.249	(251)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53	304
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.302	53
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	15.249	(251)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

Localizado em Barão de Cocais, Minas Gerais, cidade que fica a 78 km da capital mineira, o Centro de Distribuição Barão – CDB integra o Grupo Avante e está em fase final de projeto para ser implantado em 2024. A sua localização privilegiada, em uma região nobre do quadrilátero ferrífero, situado a oeste de Barão de Cocais derivando-se da estrada de ferro Vitória Minas (EFVM), aproximadamente 3,5 km da Estação Ferroviária Dois Irmãos no sentido Belo Horizonte, irá fornecer uma solução para o gargalo logístico da região. Além de oferecer um amplo espaço de armazenamento do minério, funcionando como um Pátio de Transbordo, a localização privilegiada do CDB facilitará o escoamento da produção e contará com capacidade de carregamento de 5 milhões de toneladas/ano. O projeto propõe uma estrutura completa com portaria principal e escritório administrativo.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 30 de janeiro de 2024.

2. Base de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras

A Empresa adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas devidas alterações (Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards-IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board-IASB* e pelos pronunciamentos contábeis denominados de CPC (que formam as conhecidas práticas contábeis adotadas no Brasil), sendo esses CPCs integralmente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os agrupamentos de contas das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgadas nas notas explicativas que abrangem as citadas contas.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado.



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação.

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

a. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

b. Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

3.2. Passivos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores.

b. Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial de fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O caixa e os equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

3.4. Imobilizado, líquido

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos incorridos durante a construção. As depreciações são computadas no resultado do exercício pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de “impairment” para o período findo em 31 de dezembro de 2023.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

b. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência administrativa e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

1. Ativos financeiros: Compreendem valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço patrimonial intermediário, aos valores de mercado;

2. Outros passivos financeiros: Compreendem os empréstimos e financiamentos, os fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais;

3. Instrumentos financeiros: os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis;

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios;

5. Risco de crédito: a Empresa não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito;

6. Risco de liquidez: a política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Os riscos de liquidez também são mitigados pelo fato de a Companhia não possuir significativos endividamentos;

7. Gestão de risco de taxa de câmbio: os resultados da Companhia não são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a receber não podem ser afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, pois, suas vendas são para clientes no Brasil e em moeda nacional.



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Novas normas contábeis

Novas normas, revisões e interpretações emitidas

Pronunciamento	Alteração	Vigência
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	A partir de 1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A partir de 1º de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	As alterações indicam que apenas <i>covenants</i> que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses <i>covenants</i> afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do <i>covenant</i> é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um <i>covenant</i> com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).	A partir de 1º de janeiro de 2024
Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: <ul style="list-style-type: none">• Os termos e as condições dos acordos;• O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;• O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento;• As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de	A partir de 1º de janeiro de 2024



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Alteração	Vigência
	fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; <ul style="list-style-type: none">• Informações sobre o risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.	
Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	A partir de 1º de janeiro de 2024

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por Fundo Fixo de Caixa e valores disponíveis em contas correntes bancárias no País.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos - Conta Corrente	187	53
Aplicações financeiras	15.115	-
Total	15.302	53



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Adiantamentos a fornecedores

O saldo de R\$ 5.252 mil corresponde aos adiantamentos concedidos ao fornecedor Wabtec Brasil Fabricação e Manutenção de Equipamentos Ltda; com objetivo de assegurar o que consta no contrato firmado entre as partes para Modificação da Sinalização Ferroviária na Região da Nova Pera de Barão de Cocais (entre H205 e H206) com projeto, fornecimento e instalação.

8. Imobilizado, líquido

Apresentamos a seguir a composição e movimentação dos ativos imobilizados líquidos:

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2023:

	Saldo em: 31/12/2022	Adições (+)	Baixas (-)	Deprec. (-)	Saldo em: 31/12/2023
Custo original					
Gastos pré-operacionais	958	69.877	-	-	70.835
Máquinas e equipamentos	-	879	-	-	879
Móveis e Utensílios	-	7	-	-	7
Equipamentos de informática	-	69	-	-	69
Imobilizado em poder de terceiros	-	6	-	-	6
Total	958	70.838	-	-	71.796

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2022:

	Saldo em: 31/12/2021	Adições (+)	Baixas (-)	Deprec. (-)	Saldo em: 31/12/2022
Custo original					
Gastos pré-operacionais	-	958	-	-	958
Total	-	958	-	-	958

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia incorre em gastos pré operacionais necessários à organização, implantação, construção, inclusive as de cunho administrativo pagas ou incorridas até o início de suas operações, com previsão de aproximadamente 3,5 km da Estação Ferroviária Dois Irmãos no sentido Belo Horizonte, fornecendo uma solução para o gargalo logístico da região. Além de oferecer um amplo espaço de armazenamento do minério, funcionando como um Pátio de Transbordo, a localização privilegiada do CDB facilitará o escoamento da produção e contará com capacidade de carregamento de 5 milhões de tonelada/ano.



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Construtora Aterpa S.A.	7.409	-
Trilhos Ferroviários	2.285	-
Massa – Pesagem e Automação Industrial Ltda.	461	-
Soprem Pré - Moldados	219	-
Pandrol Industria e Soluções Ferroviárias Ltda.	377	-
FCK Premoldados Ltda.	259	-
Outros	1.002	50
Total	12.012	50

10. Impostos e contribuições

	31/12/2023	31/12/2022
CSLL a recolher	6	-
IRRF a recolher	6	-
Impostos Retidos Lei 10.833 Art.30	9	-
INSS Retido Serviços de Terceiros	131	-
ISSQN Retido de Terceiros	401	-
Total	553	-

11. Partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
GSM Mineração	-	861
Total	-	861

O principal saldo do passivo, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com empresa do grupo liquidada no exercício de 2023.

12. Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e por opinião de seus consultores jurídicos, verificou-se que não houve necessidade de constituição de provisão de contingência em 31/12/2023.



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é de R\$2.836.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil reais), representado por 2.836.000 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil) ações conforme demonstradas no quadro abaixo:

	Quant. De ações	Valor das ações
GS Serviços de Cargas S.A.	1.418	1.418
AVT Log Fundo de Investimento em Participações	1.418	1.418
	2.836	2.836

Conforme alteração contratual datada de 21 de agosto de 2023, houve aumento de Capital Social passando do valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para R\$2.836.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil reais), ou seja, um aumento de R\$2.536.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil reais), com a emissão de 2.536.000 (dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil) quotas, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

13.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

A composição da rubrica de "Adiantamento para futuro aumento de capital" é apresentada como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
AFAC – GS Serviços de Cargas S.A	72.590	-
AFAC – AVT Log Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	7.250	-
Total	79.840	-

Saldo correspondente aos aportes que serão integralizados no exercício de 2024 pelos sócios, para futuro aumento de capital. As integralizações estão previstas para se iniciarem no mês de março de 2024 após a aprovação e registro da Ata ocorrida em 20 de dezembro de 2023.

14. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria de meio ambiente	(584)	(90)
Assessoria jurídica	(40)	-
Despesas com serviços de terceiros	(935)	-
Taxas diversas	-	(41)
Despesa com pessoal	(1.061)	-
Outras despesas administrativas e gerais	(3)	(5)
Total	(2.623)	(136)



CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Alvará	(17)	-
Impostos e taxas diversas	(29)	-
Publicidade e propaganda	(9)	-
Combustíveis	(13)	-
Bens de pequeno uso	(22)	-
Instalações	(7)	-
Outras despesas	(73)	-
Total	(170)	-

16. Resultado financeiro líquido - (Despesas) e receitas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros de aplicação financeira	160	1
Total	160	1
Despesas financeiras		
Despesas com tarifas bancárias	(6)	(2)
Juros sobre impostos	(35)	-
Juros pagos a fornecedores	-	(1)
Total	(41)	(3)
Resultado financeiro	119	(2)

17. Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos como, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar. A Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Lucas Santos Cavalcanti
Diretor

Manoel Antônio Etrusco Rodrigues
Gerente Financeiro

Renata Almeida Aguiar
Contadora CRC MG-108.740/O



Carta de responsabilidade da administração

BELO HORIZONTE, 28 DE FEVEREIRO DE 2024

À

RSM Brasil Auditores Independentes S.S.

A/C do Sr. Leonardo Coelho de Almeida Mendes

Prezado(s) Senhor(es),

Com referência a auditoria das demonstrações financeiras da **CDB – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A. (“Companhia”)**, relativas ao exercício findo em **31 de dezembro de 2023**, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras citadas em epígrafe e a seguir identificadas, refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em **31 de dezembro de 2023**, os resultados das operações, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em **31 de dezembro de 2023**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores:

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A					
Balanco patrimonial levantado					
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
Ativo	Nota Explicativa	2023		2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.302	53		
Estoques		111	-		
Impostos a recuperar		32	-		
Adiantamentos a fornecedores	6	5.252	-		
Outros ativos		23	-		
		<u>20.720</u>	<u>53</u>		
Permanente					
Imobilizado	7	71.796	958		
		<u>71.796</u>	<u>958</u>		
Total do ativo		<u>92.516</u>	<u>1.011</u>		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	8	12.012	50		
Impostos e contribuições	9	553	-		
Obrigações trabalhistas		146	-		
Outras contas a pagar		20	-		
		<u>12.731</u>	<u>50</u>		
Não circulante					
Partes relacionadas	10	-	861		
			<u>861</u>		
Patrimônio líquido					
Capital social	12	2.836	300		
Adiantamento para futuro aumento de capital		79.840	-		
Prejuízos acumulados		(2.891)	(200)		
		<u>79.785</u>	<u>100</u>		
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>92.516</u>	<u>1.011</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida			-
Custos dos serviços prestados		-	-
Lucro bruto		-	-
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas comerciais		-	-
Despesas administrativas e gerais	13	(2.623)	(136)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	14	(170)	-
		(2.793)	(136)
Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras, líquidas		(2.793)	(136)
Receitas financeiras	15	160	1
Despesas financeiras	15	(41)	(3)
		119	(2)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.674)	(138)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica			
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(17)	-
		(17)	-
Prejuízo do exercício		(2.691)	(138)

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da **Companhia**, confirmamos as seguintes informações a Vossas Senhorias durante seu exame das demonstrações financeiras da **CDB – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.**, do exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2023**.

Na qualidade de Administradores da **CDB – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.**, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das demonstrações financeiras e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento a legislação pertinente. Além disso, colocamos a disposição de Vossas Senhorias todos os livros contábeis e financeiros, bem como atas de reuniões de diretores, do conselho de administração e da diretoria, sendo que as últimas elaboradas pela **Companhia** até a data de apresentação dessa carta de responsabilidade e apresentadas a Vossas Senhorias encontram-se relacionadas a seguir:



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

- Em 21 de julho de 2023 Transformação do tipo societário da Companhia, de “Sociedade Empresária Limitada” para “Sociedade Anônima Fechada”;
- Em 08 de agosto de 2023, aprovada a minuta do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), aprovada a minuta do Contrato de Opção Compra e Venda de Ações;
- Em 13 de setembro de 2023, aprovada a evolução das obras do Terminal e os pontos relevantes da operação;
- Em 19 de outubro Aprovado o ajuste entre AVT LOG FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES INFRAESTRUTURA e GS SERVIÇOS DE CARGAS S.A. de que cada uma arcará com 50% (cinquenta por cento) do valor que exceder o montante inicialmente aprovado;
- Em 14 de novembro Aprovada a evolução das obras do Terminal e os pontos relevantes da operação e do negócio;
- Em 12 de dezembro de 2023, aprovada a evolução das obras do Terminal e os pontos relevantes da operação e do negócio.

Adicionalmente, todas as atas de reuniões de acionistas, do conselho de administração e da diretoria celebradas até esta data encontram-se incluídas nos respectivos registros e refletem a totalidade das decisões aprovadas.

Especificamente confirmamos que:

- As demonstrações financeiras e notas explicativas registram as bases de avaliações dos ativos e ajustes destas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir os valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Todos os passivos e obrigações, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos encontram-se adequadamente registrados e divulgados;
- Todos os compromissos firmados e informações pertinentes aos mesmos encontram-se adequadamente registrados e divulgados;
- Os prejuízos conhecidos e esperados pela **Companhia** encontram-se adequadamente registrados e divulgados;
- Todos os ativos são de propriedade da **Companhia** e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames;
- Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando estes saldos disponíveis;

Confirmamos a seguir que não possuímos qualquer operação de instrumentos derivativos ou qualquer outra transação não registrada nas demonstrações financeiras, bem como:

- As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos;
- Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras;
- O sistema contábil e de controle interno adotado pela **Companhia** é de responsabilidade da Administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros;
- Todas as garantias e avais dados estão, adequadamente, divulgados nas demonstrações financeiras.



Confirmamos a seguir o nome de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a Companhia, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência:

- Na carta de representação, não consta advogados relacionados como responsáveis jurídicos pela Companhia, não havendo processos ativos e/ou passivos.

Fornecemos:

- Acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros e documentação, e outros;
- Informações adicionais que V.Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria;
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da **Companhia** das quais V.Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria; e
- Aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas das quais temos conhecimento.

Além disso, não temos conhecimento:

- De que membros da Administração não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a **CDB – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.** esteja sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da **Companhia**;
- De transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que não estejam divulgadas nas demonstrações financeiras e/ou em nota explicativa;
- De que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesse em sociedades com as quais a **Companhia** mantém ou manteve relações;
- De quaisquer fatos ocorridos desde **31 de dezembro de 2023** que possam afetar as demonstrações financeiras e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade normal das operações da **Companhia**;
- De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação;
- De efeitos relevantes nas demonstrações financeiras acima referidas e identificadas decorrentes das seguintes situações:
 - Ações ou reclamações relevantes contra a **Companhia**;
 - Acordos ou operações estranhas aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;
 - Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a **Companhia**;
 - Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas;



- Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre a inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, fiscais ou previdenciários;
- De outros eventos ocorridos em período subsequente que não tenham sido reconhecidos nas demonstrações ou divulgados em notas explicativas;

Também confirmamos que:

- A política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da **CDB – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A.** é adequada à necessidade da **Companhia** e encontram-se contratados em montante considerado suficiente por sua Administração;
- Todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória, foram colocados à sua disposição;
- Todas as instituições financeiras que mantemos operações encontram-se contabilizadas nas demonstrações financeiras ou divulgadas em notas explicativas;
- As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes e quando necessário foram confirmados por nossos assessores jurídicos (ou outros assessores, quando necessário).
- Até a presente data de emissão desta carta, a **Companhia** não celebrou ou não possui em aberto contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos, quais sejam, contratos futuros, contratos a termo, opções, CAPS, SWAPS, FORWARDS ou qualquer outra modalidade.
- Reconhecemos nossa responsabilidade na elaboração e implementação de programas e controles para prevenir e detectar fraudes. Não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude que afete a **Companhia** e:
 - Membros da Administração;
 - Empregados que possuem cargos importantes no controle interno;
 - Outros em que a fraude poderia ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Levamos ao seu conhecimento quaisquer alegações de impropriedades financeiras, incluindo fraude ou suspeita de fraude, que chegaram ao nosso conhecimento (independentemente da fonte ou forma e incluindo denúncias) e que poderiam acarretar erros nas demonstrações financeiras ou, caso contrário, afetar os relatórios financeiros da **Companhia**.
- Alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), como conclusão dos julgamentos dos recursos extraordinários que discutem os limites da coisa julgada em matéria tributária (RE 949.297 e do RE 955.227, elencados nos Temas 881 e 885 da Repercussão Geral), na qual houve entendimento pela cessação de efeitos da coisa julgada de forma automática nos casos em que houver nova decisão em sentido contrário do STF, confirmamos nosso entendimento de que não há temas de ordem tributária vinculados à nossa escrita fiscal que tenham sido objeto de processos judiciais com trânsito em julgado individual, em relação aos quais estejamos fruindo os efeitos, que foram ou, eventualmente, ainda que de forma hipotética, possam vir a ser matéria de nova avaliação pelo STF em sede eficácia geral, pelo que confirmamos não haver quaisquer considerações ou efeitos a serem considerados nas demonstrações financeiras referentes exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ora apresentadas.



- Além disso, temos ciência de que a RSM Brasil possa ser requerida a prestar certas informações a órgãos regulamentadores ou governamentais de acordo com as leis e normas nacionais. Um desses requerimentos refere-se à exigência aplicável ao auditor independente que consta na lei 12.683/2012 (Lei de prevenção de lavagem de dinheiro que alterou a lei 9.613/98) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao conselho de controle de atividades financeiras (COAF), situações que possam constituir indícios de lavagem de dinheiro identificados quando da prestação de seus serviços no curso normal dos serviços de auditoria, revisão ou serviços correlatos. Neste sentido e quando aplicável, eventuais comunicados ao COAF relacionados a este assunto devem ser efetuados pela firma de auditoria de acordo com as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sem que sejamos notificados. Reconhecemos que tal notificação não representa violação de sigilo profissional e que vossa senhoria está sujeita no exercício de suas atividades profissionais. Representamos que não temos conhecimento de nenhum evento passível de comunicação ao COAF de acordo com as Leis de 9.613/98 e 12.683/12 ocorridas até essa data.

Não há ou houve:

- Fraude envolvendo a Administração ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança;
- Fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações;
- Violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação das demonstrações financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisões para contingências passivas;
- Fiscalização, inspeção, investigação ou qualquer outro tipo de atividade contra a **Companhia**, por parte de autoridades fiscais, reguladoras, agências, entre outros órgãos competentes, que não tenha sido informado a V.sas de forma clara e apropriada.

Não temos conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas demonstrações financeiras ou apresentadas no relatório anexo desta carta.

Atenciosamente,

CARLOS ROBERTO DE CASTRO
GONZALEZ:07240363856

Assinado de forma digital por
CARLOS ROBERTO DE CASTRO
GONZALEZ:07240363856
Dados: 2024.03.06 11:40:15 -03'00'

CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
DIRETOR

MANOEL ANTONIO ETRUSCO RODRIGUES:07664913667

Assinado de forma digital por MANOEL
ANTONIO ETRUSCO
RODRIGUES:07664913667
Dados: 2024.03.06 21:12:35 -03'00'

MANOEL ANTONIO ETRUSCO RODRIGUES
GERENTE FINANCEIRO
CRC MG 111.280/O4

LUCAS SANTOS
CAVALCANTI:01408975696
75696

Assinado de forma digital por
LUCAS SANTOS
CAVALCANTI:01408975696
Dados: 2024.03.06 11:39:32 -03'00'

LUCAS SANTOS CAVALCANTI
DIRETOR

RENATA ALMEIDA DE
AGUIAR:05353129628

Assinado de forma digital por
RENATA ALMEIDA DE
AGUIAR:05353129628
Dados: 2024.03.06 11:40:44 -03'00'

RENATA ALMEIDA AGUIAR
CONTADORA
CRC MG 108.740/O



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/277.194-7	MGN2443781147	30/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A
CNPJ 35.737.650/0001-07
NIRE 31300157601

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024**

ANEXO B
- BOLETINS DE SUBSCRIÇÃO-

(folha de capa)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 36/55

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A

CNPJ 35.737.650/0001-07

NIRE 31300157601

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Subscritor: **GS SERVIÇOS DE CARGAS S.A.**, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.826.251/0001-70, com registro na Junta Comercial de Minas Gerais sob o n.º 31300155081, com sede no endereço na Rua Felipe dos Santos, 521, sala 301B, Bairro Lourdes, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.180-163, neste ato representada por seus diretores **Jacques Luciano Pereira Bethonico**, brasileiro, empresário, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 777.519.066-34, documento de identidade RG de n.º 4.758.262, emitida pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Adolfo Radice, n.º 35, Bairro Comiteco, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.315-050; e **Diogo Villa Eboli Bethonico**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o n.º 013.174.866-17, documento de identidade RG de n.º 10.829.311, emitida pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua das Bougavilles, n.º 30, Bairro Vila Campestre, no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP: 34.007-020.

subscrive e integraliza neste ato as ações da CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A. (“Companhia”), conforme os termos e condições estabelecidos a seguir:

Quantidade de Ações Subscritas:	72.590.000 (setenta e dois milhões, quinhentas e noventa mil) ações ordinárias, todas nominativas, indivisíveis e sem valor nominal.
Capital Social:	R\$ 72.590.000,00 (setenta e dois milhões, quinhentos e noventa mil reais).
Valor Integralizado:	R\$ 72.590.000,00 (setenta e dois milhões, quinhentos e noventa mil reais).
Preço de Emissão:	R\$ 1,00 (um real) por ação
Prazo de Integralização:	À vista
Forma de Integralização:	Mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pela subscritora em favor da Companhia e devidamente contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao valor total subscrito e integralizado neste ato.

Belo Horizonte/MG, 29 de abril de 2024.

SUBSCRITOR:

GS SERVIÇOS DE CARGAS S.A.

*representada por Jacques Luciano Pereira Bethonico
e Diogo Villa Eboli Bethonico*

MESA:

LUCAS SANTOS CAVALCANTI
Presidente da Mesa

CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
Secretário da Mesa



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 37/55



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/277.194-7	MGN2443781147	30/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
013.174.866-17	DIOGO VILLA EBOLI BETHONICO
777.519.066-34	JACQUES LUCIANO PEREIRA BETHONICO
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 38/55

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A

CNPJ 35.737.650/0001-07

NIRE 31300157601

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Subscritor: **AVT LOG FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES INFRAESTRUTURA**, fundo de investimento, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 51.339.815/0001-30, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º2.277, Conjunto 1.702, Parte, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 14.520-000, neste ato representada na forma de seu regulamento, por sua administradora **REAG ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.277, conjunto 1.701, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.863.529/0001-34, instituição autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração fiduciária de carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM n.º 15.170, de 12 de agosto de 2016, neste ato representada por seu administrador **Ramon Pessoa Dantas**, brasileiro, solteiro, contador, portador do Documento de Identidade n. 40.329.624-8, inscrito no CPF sob o n.º 309.012.758-08, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 2277, 17 andar, conjunto 1702, bairro Jardim Paulistano, em São Paulo, São Paulo, CEP 01.452-000

subscrive e integraliza neste ato as ações da CDB Centro de Distribuição de Barão Logística S.A. (“Companhia”), conforme os termos e condições estabelecidos a seguir:

Quantidade de Ações	7.250.000 (sete milhões, duzentas e cinquenta mil) ações
Subscritas:	ordinárias, todas nominativas, indivisíveis e sem valor nominal.
Capital Social:	R\$ 7.250.000,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais)
Valor Integralizado:	R\$ 7.250.000,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais)
Preço de Emissão:	R\$ 1,00 (um real) por ação
Prazo de Integralização:	À vista
Forma de Integralização:	Mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pela subscritora em favor da Companhia e devidamente contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao valor total subscrito e integralizado neste ato.

Belo Horizonte/MG, 29 de abril de 2024.

SUBSCRITOR:

AVT LOG FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA

*Por REAG Administradora de Recursos Ltda,
representada por Ramon Pessoa Dantas*

MESA:

LUCAS SANTOS CAVALCANTI
Presidente da Mesa

CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
Secretário da Mesa



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/277.194-7	MGN2443781147	30/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
309.012.758-08	RAMON PESSOA DANTAS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A
CNPJ 35.737.650/0001-07
NIRE 31300157601

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024**

ANEXO C
- ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO-

(folha de capa)



CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A

CNPJ 35.737.650/0001-07

NIRE 31300157601

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO OBJETO E DA DURAÇÃO

Art. 1. Sob a denominação social de CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A., sem nome de fantasia, fica constituída uma sociedade anônima de capital fechado, regida por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 2. A Companhia tem sede e foro na Fazenda Córrego São Miguel s/n , no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.970-000 , podendo abrir e manter outras filiais, escritórios, agências e representações, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria.

Art. 3 O objeto social da Companhia é: (i) gestão de terminais rodoviários e ferroviários (CNAE 52.22-2/00); (ii) prestação de serviços relacionados direta ou indiretamente aos serviços de transporte de cargas, tais como planejamento logístico, carga, descarga, operação de equipamentos de movimentação de cargas (CNAE 52.50-8/04); e (iii) executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da sociedade.

Art. 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5. O Capital Social da Companhia é de R\$ 82.676.000,00 (oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais) dividido em 82.676.000 (oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo: As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá um único proprietário para cada ação.

Parágrafo Terceiro: A titularidade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

Art. 6. A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em lei, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei n. 6.404/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.



Art. 7. A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou, em sua falta, pelas pessoas indicadas de acordo com os artigos 123 e 124 da Lei n. 6.404/76, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário escolhidos dentre os presentes.

Parágrafo Único. Será considerada regular aquela Assembleia à qual comparecem todos os acionistas, dispensando-se assim a convocação prévia.

Art. 8. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira.

Parágrafo único. A prova da representação deverá ser depositada na sede da Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia.

Art. 9. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Companhia será administrada por uma Diretoria, eleita por um mandato de 3 (três) anos, sendo os Diretores destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a reeleição.

Art. 11. Compete à Diretoria os mais amplos poderes de gestão, representação e administração da sociedade, necessários a que se realize integralmente o objeto social, obedecidas, na ordem, as disposições deste Estatuto e, no que não o contrariarem, as determinações do art. 144 da Lei 6404/76.

Art. 12. A Diretoria será composta por 03 (três) membros, acionistas ou não, residente no país, com as designações contidas no Parágrafo Único desta cláusula e eleita pela Assembleia Geral da Companhia, na forma da lei.

Parágrafo único. A Diretoria será, obrigatoriamente, composta da seguinte maneira: 01 (um) Diretor Comercial, 01 (um) Diretor Financeiro, e 01 (um) Diretor de Operações.

Art. 13. A Diretoria estará, no exercício de seus poderes de gestão, representação e administração, sempre sujeita às condições estipuladas nos parágrafos a seguir.

Parágrafo Primeiro. Caberá aos Diretores em exercício, os seguintes deveres, sendo que, obrigatoriamente, deverá haver a assinatura em conjunto de pelo menos 01 (um) Diretor com o Diretor Comercial e/ou de Operações:

- a) Sacar, endossar para cobrança bancária e quitar duplicatas;
- b) Endossar cheques e ordens de pagamento exclusivamente para depósito em contas correntes bancárias da Companhia;
- c) Emitir cheques, autorizar débitos em contas bancárias;
- d) Assinar relações de títulos para desconto, caução e cobrança;



- e) Emitir, aceitar, onerar ou alienar notas promissórias e letras de câmbio, desde que para desconto bancário ou para garantia de obrigações assumidas em contratos de financiamento e de arrendamento mercantil;
- f) Endossar quaisquer títulos de crédito, entre eles duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e certificados de custódia, com exceção de cheques;
- g) Firmar correspondências, guias para recolhimento de impostos e contribuições, requerimentos e petições dirigidas a repartições públicas federais, estaduais e municipais, bancos e instituições financeiras, em expedientes para recolhimento de impostos, taxas e contribuições sociais;
- h) Admitir e demitir funcionários;
- i) Custodiar e retirar de custódia títulos e demais bens móveis;
- j) Adquirir, subscrever, alienar e resgatar títulos de renda fixa e variável, dentre eles ações e debêntures, desde que não sejam de emissão da sociedade ou de qualquer sociedade por ela controlada ou dela controladora direta ou indiretamente, respeitado ainda o disposto no item “t”;
- k) Adquirir, alienar ou onerar ações e cotas de empresas controladas ou controladoras direta ou indiretamente;
- l) Adquirir, alienar ou onerar bens do ativo permanente, inclusive imóveis;
- m) Prestar fiança à pessoa física ou a pessoa jurídica, e aval a títulos de responsabilidade dessas pessoas, desde que haja interesse da sociedade em tais atos;
- n) Firmar contratos em geral;
- o) Firmar contratos de financiamento com entidades bancárias e de arrendamento mercantil com sociedades constituídas para tal finalidade;
- p) Constituir procuradores, conferindo-lhes os poderes da cláusula “*ad judicium*” e a “*extra judicium*”, bem como, quando de tais poderes se encontrarem investidos, os de receber citação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação e firmar compromisso, com prazo de validade máximo de 1 (um) ano, sendo vedado o substabelecimento, sob pena de nulidade e ineficácia. As procurações “*ad judicium*” outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos poderão ter prazo de duração indeterminado, sendo permitido o substabelecimento;
- q) Constituir mandatários substitutivos específicos para representação da companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular, devendo especificar no respectivo instrumento os atos ou operações que poderão praticar, bem como a duração do mandato.
- r) Prestar fianças a empresas controladas ou controladoras direta ou indiretamente e aval a títulos de responsabilidade dessas empresas;
- s) Representar a sociedade junto a empresas controladas;
- t) Promover a participação da sociedade, com o intuito de controle isolado ou



compartilhado, em qualquer outra sociedade, mediante aquisição ou subscrição de cotas ou ações, assim como proceder à retirada da sociedade de tais associações;

u) Resolver os casos omissos, respeitadas as atribuições da Assembleia Geral.

v) aprovar todos e quaisquer atos, contratos e documentos, em valores até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se de outra forma prevista neste Estatuto Social e/ou no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, observado, ainda, o disposto neste Estatuto Social.

Art. 14. Os atos, contratos e documentos que importem em responsabilidades para a Companhia serão sempre assinados observados os níveis de aprovação abaixo:

Nível de Aprovação	Limites por Operação
I. 1 (um) Diretor Comercial e 1 (um) Diretor Financeiro; ou 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor Financeiro; 1 (um) Diretor Comercial e 1 (um) Diretor de Operações; ou 2 (dois) Procuradores, com poderes específicos.	Até R\$ 1.000.000,00 de reais)
II. 2 (dois) Diretores, após previamente aprovado por Assembleia Geral, desde que presente a maioria de seus membros.	A partir de R\$1.000.000,00 reais)

Parágrafo Primeiro. As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores, ou aquele que o substitua na função, devendo especificar os poderes conferidos e a duração do respectivo mandato, que, no caso de mandato judicial e para processos administrativos poderá ser por prazo indeterminado.

Art. 15. O membro da Diretoria será investido no seu cargo mediante assinatura de termo de posse nos livros de atas da Diretoria ou mediante assinatura da Ata de Assembleia Geral que o eleger, dispensada a caução ou penhor de ações.

Parágrafo Primeiro. O termo de posse, caso aplicável, deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição.

Parágrafo Segundo. O prazo de gestão da Diretoria estende-se, qualquer que seja a data do seu término, até a posse do novo diretor eleito.

CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL

Art. 16. O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, funcionará exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por pedido de acionistas, nas hipóteses previstas em lei, ou por deliberação de Assembleia Geral, bem como possuirá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, observadas as disposições do Estatuto Social e do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia.



CAPÍTULO VI – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

Art. 17. A transferência de ações da Companhia operar-se-á mediante transcrição no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia.

CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Art. 18. O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se a 31 de dezembro de cada ano o balanço geral e as respectivas demonstrações financeiras exigidas por lei.

Parágrafo Primeiro. Por decisão dos acionistas, representando a maioria do capital social, a Companhia poderá ter relatórios financeiros intermediários preparados com propósitos fiscais ou para eventual distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Parágrafo Segundo. Os Acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório de 0,01% sobre o lucro líquido do exercício (após as deduções previstas no Art. 189 da Lei das S.A.). O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, nos termos da lei aplicável.

Art. 19. Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO

Art. 20. A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei, e a sua liquidação será processada de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO X – ARBITRAGEM

Art. 21. Quaisquer controvérsias ou disputas oriundas do presente Estatuto Social serão submetidas à arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Sendo assim, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir, relacionada ou oriunda ao presente Estatuto Social, incluindo, a aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, será realizada em português, aplicando-se as leis brasileiras, e será administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, por meio da adoção do seu respectivo regulamento."





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/277.194-7	MGN2443781147	30/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LOGÍSTICA S.A
CNPJ 35.737.650/0001-07
NIRE 31300157601

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024**

ANEXO D
- PUBLICAÇÕES-

(folha de capa)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 48/55

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

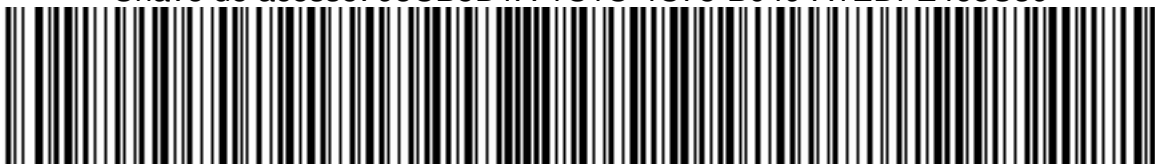
Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=98CB5D1A-1C1C-4C75-B049-A1EDFE468C39>

Chave de acesso: 98CB5D1A-1C1C-4C75-B049-A1EDFE468C39



Hash do documento

a307eac11661c7dea6ea9aaa0b7d9aed86545369195fe6f78f649b6d768108be

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 26-04-2024, com o(s) seguinte(s) participante(s):

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA - 17.279.068/0001-54 em 26/04/2024
08:00:54 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: certificado@diariodocomercio.com.br

Geolocalização: Latitude: -19.8985559 Longitude: -43.9613214

IP: 138.122.107.214

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas
nessa página, encontram-se disponíveis no site:
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal>
Acesse também através do QR CODE ao lado.

CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LTDA. - CNPJ/ME 35.737.650/0001-07 - NIRE 31211542623

Balanco patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. - (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa		2023		2022	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.302	53			
Estoques		111	-			
Impostos a recuperar		33	-			
Adiantamentos a fornecedores	7	5.252	-			
Outros ativos		23	-			
Permanente		20.720	83			
Imobilizado		71.796	958			
		71.796	958			
Total do ativo		92.516	1.011			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022. - (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - Localizada em Barão de Cocais, Minas Gerais, cidade que fica a 78 km da capital mineira, o Centro de Distribuição Barão – CDB integra o Grupo Avante e está em fase final de projeto para ser implantado em 2024. A sua localização privilegiada, em uma região nobre do quadrilátero ferrífero, situado a oeste de Barão de Cocais derivando-se da estrada de ferro Vitória Minas (EFVM), aproximadamente 3,5 km da Estação Ferroviária Dois Irmãos no sentido Belo Horizonte, irá fornecer uma solução para o gargalo logístico da região. Além de oferecer um amplo espaço de armazenamento do minério, funcionando como um Pátio de Transbordo, a localização privilegiada do CDB facilitará o escoamento da produção e contará com capacidade de carregamento de 5 milhões de toneladas/ano. O projeto prevê uma estrutura completa com portaria principal e escritório adiante. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 30 de janeiro de 2024.

2. Bases e apresentações das demonstrações contábeis - A Empresa adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas devidas alterações (Leis nos 11.638/2007 e 11.941/2009). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board-IASB* e pelos pronunciamentos contábeis denominados de CPC (que formam as conhecidas práticas contábeis adotadas no Brasil), sendo esses CPCs integridade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Os agrupamentos de contas das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgados nas notas explicativas sob o título de **Base de mensuração**.

3.2. Passivos financeiros - a. Reconhecimento e mensuração - Um passivo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de cobrir fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **b. Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado** - A Companhia avalia no final de cada período relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. **4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros** - A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para sua avaliação, na data do balanço patrimonial intermediário, os quais estão descritos a seguir: **1. Ativos financeiros** - Compreendem valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes, cujos valores registrados são mensurados a custo amortizado. **2. Outros passivos financeiros** - Compreendem os empréstimos e financiamentos, os fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são mensurados a custo amortizado. **3. Instrumentos financeiros** - Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; **4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros** - A Administração da Companhia realizou o gerenciamento da exposição aos riscos de taxa de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios; **5. Risco de crédito** - A Empresa não possui concentração de risco de crédito de natureza significativa em relação aos seus clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito; **6. Risco de liquidez** - A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acesso a recursos imediatos. O risco de liquidez também são mitigados pelo fato de a Companhia não possuir significativos compromissos de longo prazo. **7. Geração de risco** - A taxa de resultados da Companhia não são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a receber não podem ser afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, pois, suas vendas são para clientes no Brasil e em moeda nacional.

Atoramento - Os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contêm um negócio em uma transação com uma controlada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equi-valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **1. Ativos financeiros** - Compreendem valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes, cujos valores registrados são mensurados a custo amortizado. **2. Outros passivos financeiros** - Compreendem os empréstimos e financiamentos, os fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são mensurados a custo amortizado. **3. Instrumentos financeiros** - Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; **4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros** - A Administração da Companhia realizou o gerenciamento da exposição aos riscos de taxa de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios; **5. Risco de crédito** - A Empresa não possui concentração de risco de crédito de natureza significativa em relação aos seus clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito; **6. Risco de liquidez** - A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acesso a recursos imediatos. O risco de liquidez também são mitigados pelo fato de a Companhia não possuir significativos compromissos de longo prazo. **7. Geração de risco** - A taxa de resultados da Companhia não são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a receber não podem ser afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, pois, suas vendas são para clientes no Brasil e em moeda nacional.

Atoramento - Os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contêm um negócio em uma transação com uma controlada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equi-valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **1. Ativos financeiros** - Compreendem valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes, cujos valores registrados são mensurados a custo amortizado. **2. Outros passivos financeiros** - Compreendem os empréstimos e financiamentos, os fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são mensurados a custo amortizado. **3. Instrumentos financeiros** - Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; **4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros** - A Administração da Companhia realizou o gerenciamento da exposição aos riscos de taxa de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios; **5. Risco de crédito** - A Empresa não possui concentração de risco de crédito de natureza significativa em relação aos seus clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito; **6. Risco de liquidez** - A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acesso a recursos imediatos. O risco de liquidez também são mitigados pelo fato de a Companhia não possuir significativos compromissos de longo prazo. **7. Geração de risco** - A taxa de resultados da Companhia não são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a receber não podem ser afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, pois, suas vendas são para clientes no Brasil e em moeda nacional.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. - (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023		2022	
Capital social	300	(62)	238	
Reservas	300	(138)	100	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	300	(200)	100	
Aumento de capital	2.536	-	2.536	
Prejuízo do exercício	-	(2.691)	(2.691)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	79.840	-	79.840	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.836	(79.840)	(2.891)	79.788

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2023 e 2022. - (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023		2022	
Receita operacional líquida	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-
Recargas/(despesas) operacionais	-	-	-	-
Despesas comerciais	15	(2.623)	(136)	
Despesas administrativas e gerais	14	(170)	-	
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	15	(170)	-	
Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras, líquidas	(2.793)	(136)	(136)	
Receitas financeiras	16	160	1	
Despesas financeiras	16	(41)	(3)	
Resultado financeiro	(2.793)	119	(2)	

Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	2022
Social	(17)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(17)	-
Prejuízo do exercício	(2.691)	(138)

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2023 e 2022. - (Valores expressos em milhares de reais)

	2023		2022	
Prejuízo do exercício	(2.691)	(138)		
Resultado abrangente total do exercício	(2.691)	(138)		

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2023:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Deprec.	Saldo em 31/12/2023
Custo original	958	69.877	-	-	70.835
Gastos pré-operacionais	-	879	-	-	879
Máquinas e equipamentos	-	7	-	-	7
Móveis e Utensílios	-	69	-	-	69
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-
Imobilizado em poder de terceiros	6	-	-	-	6
Total	958	70.838	-	-	71.796

Movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31/12/2022:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Deprec.	Saldo em 31/12/2022
Custo original	958	-	-	-	958
Gastos pré-operacionais	-	879	-	-	879
Máquinas e equipamentos	-	7	-	-	7
Móveis e Utensílios	-	69	-	-	69
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-
Imobilizado em poder de terceiros	6	-	-	-	6
Total	958	955	-	-	1.913

10. Impostos e contribuições

	31/12/2023	31/12/2022
CSLL a recolher	6	-
IRRF a recolher	6	-
Impostos Retidos Lei 10.833 Art.30	9	-
INSS Retido Serviços de Terceiros	131	-
ISSQN Retido de Terceiros	401	-
Total	553	-

11. Partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
GSM Mineração	-	861
AVT Log Fundo de Investimento em Participações	2.836	2.836
Total	2.836	3.697

12. Provisão para contingências - Com base na análise individual dos processos em andamento contra a Companhia e por opinião de seus consultores jurídicos, verificou-se que não houve necessidade de constituição de provisão de contingência em 31/12/2023.

13. Patrimônio líquido - 13.1. Capital social - O capital social, totalmente integralizado, é de R\$2.836.000,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil) ações conforme demonstradas no quadro abaixo:

	Quant.	De ações	Valores das ações
GS Serviços de Cargas S.A.	1.418	1.418	
AVT Log Fundo de Investimento em Participações	1.418	1.418	
Total	2.836	2.836	

14. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria de meio ambiente	(584)	(90)
Assessoria jurídica	(40)	-
Despesas com serviços de terceiros	(935)	-
Taxas diversas	-	(41)
Despesa com pessoal	(1.061)	-
Outras despesas administrativas e gerais	(3)	(5)
Total	(2.623)	(136)

15. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Alvará	(17)	-
Impostos e taxas diversas	(29)	-
Publicidade e propaganda	(9)	-
Combustíveis	(13)	-
Bens de pequeno uso	(22)	-
Instalações	(7)	-
Outras despesas	(73)	-
Total	(170)	-

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. - (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.691)	(138)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.691)	(138)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com a baixa de bens do imobilizado e intangível	-	1.750
Aumento/(redução) nos ativos	-	1.612
Adiantamentos a fornecedores	(5.252)	-
Estoques	(111)	3
Impostos e contribuições	(32)	-
Outros ativos	(23)	-
Total	(5.418)	3

Aumento/(redução) nos passivos

	2023	2022
Fornecedores	11.962	23
Impostos e contribuições	553	-
Outras contas a pagar	1.666	23
Total	14.181	48

16. Resultado financeiro líquido - (Despesas) e receitas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	160	1
Juros sobre empréstimos	(35)	-
Juros pagos a fornecedores	(1)	-
Total	119	(2)

17. Instrumentos financeiros - A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos como, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar. A Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Manoel Antônio Etrusco Cavalcanti - Diretor
Renata Almeida Aguiar - Contadora CRC MG-108.740/O

Aos Administradores do CDB - Centro de Distribuição de Barão Logística S.A. - Belo Horizonte - MG **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras do CDB - Centro de Distribuição de Barão Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidade do auditor" do relatório de auditoria. **Responsabilidade da administração** - Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria do período anterior** - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de abril de 2023 sem modificação de opinião. **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração deve assegurar a integridade, a precisão, a confiabilidade e a clareza das informações, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossa função é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estátulo livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível mais elevado de segurança, mas não uma garantia absoluta de que os objetivos são alcançados. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança de auditoria, em respeito, em nossa opinião, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade de auditoria, em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

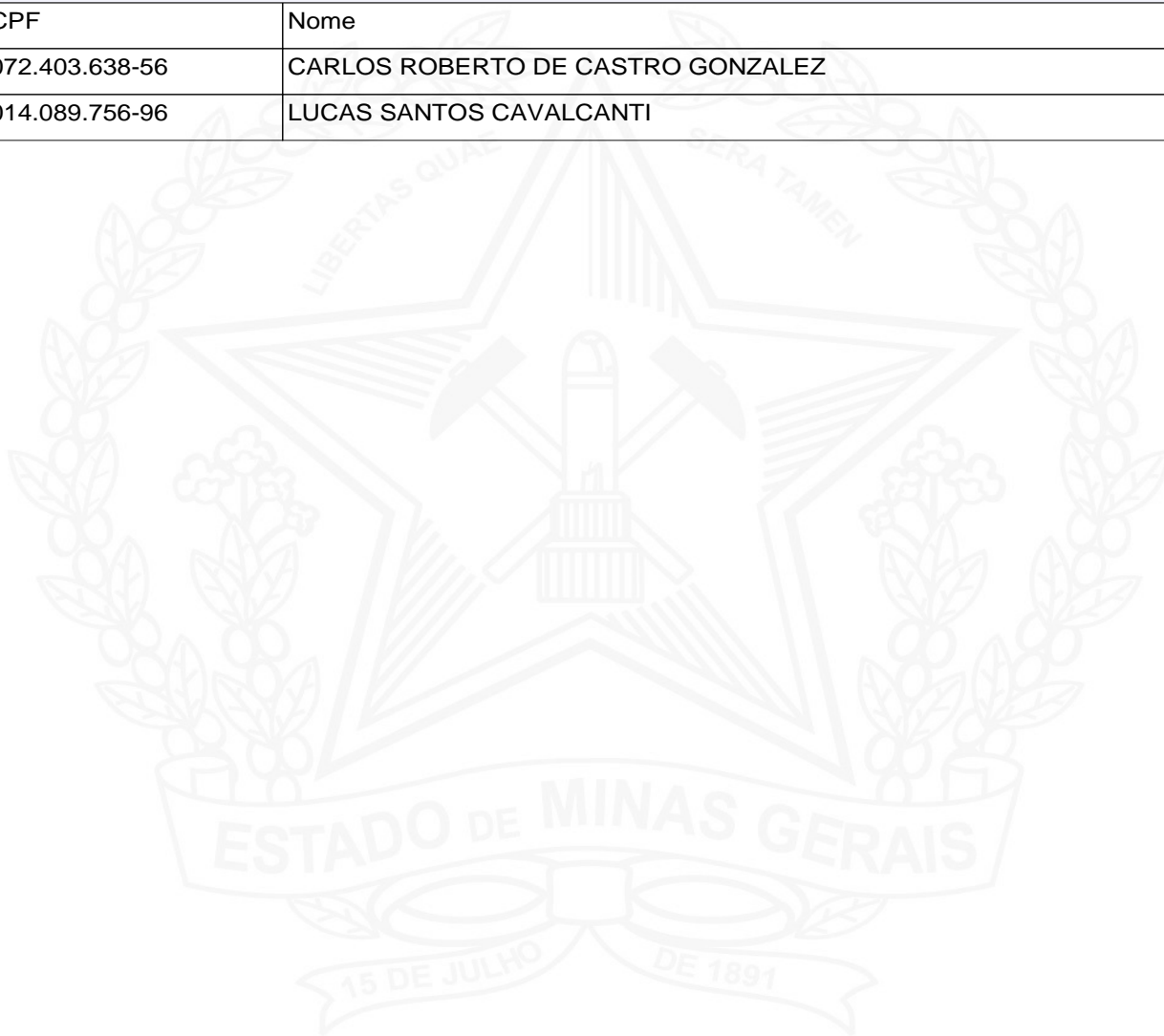
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/277.194-7	MGN2443781147	30/04/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., de NIRE 3130015760-1 e protocolado sob o número 24/277.194-7 em 02/05/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11682785, em 06/05/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
777.519.066-34	JACQUES LUCIANO PEREIRA BETHONICO
309.012.758-08	RAMON PESSOA DANTAS
013.174.866-17	DIOGO VILLA EBOLI BETHONICO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 24/277.194-7.





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
777.519.066-34	JACQUES LUCIANO PEREIRA BETHONICO
013.174.866-17	DIOGO VILLA EBOLI BETHONICO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
014.089.756-96	LUCAS SANTOS CAVALCANTI
072.403.638-56	CARLOS ROBERTO DE CASTRO GONZALEZ
309.012.758-08	RAMON PESSOA DANTAS

Belo Horizonte. segunda-feira, 06 de maio de 2024



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 06/05/2024, às 16:17 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 24/277.194-7.

Página 2 de 2





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte, segunda-feira, 06 de maio de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11682785 em 06/05/2024 da Empresa CDB CENTRO DE DISTRIBUICAO DE BARAO LOGISTICA S.A., Nire 31300157601 e protocolo 242771947 - 02/05/2024. Autenticação: 5FB3D597255A87BE56E441A9E32DDCD3664A66B7. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/277.194-7 e o código de segurança IM3P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/05/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL